

A. I. Nº - 128859.0049/21-8
AUTUADO - ART PISO COMÉRCIO E DECORAÇÃO EIRELI
AUTUANTE - EZILBERTO DE BRITO MOITINHO
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ VAREJO

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0114-06/23-VD

EMENTA: ICMS. 1. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES REGULARMENTE ESCRITURADAS. INFRAÇÃO 01. Comprovado o recolhimento prévio do imposto exigido. Infração 01 descaracterizada. **2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. RECOLHIMENTO A MENOR. SAÍDAS SUBSEQUENTES NORMALMENTE TRIBUTADAS. MULTA. INFRAÇÃO 02.** O autuado não apresentou os documentos de arrecadação e as notas fiscais vinculadas à alegação de que alguns pagamentos foram efetuados de forma imediata, devido ao fato de a inscrição estadual estar descredenciada para fins de postergação das datas de recolhimento. Infração 02 caracterizada. **3. ENTRADAS DE MERCADORIAS OU TOMADAS DE SERVIÇOS SEM REGISTRO NA ESCRITA. MULTA. INFRAÇÃO 03.** O defendente conseguiu demonstrar a escrituração regular de parte das notas fiscais. Infração 03 parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração, lavrado no dia 22/09/2021 para formalizar a constituição de crédito tributário no valor histórico de R\$ 123.101,46, sob a acusação do cometimento das 03 (três) seguintes irregularidades.

Infração 01 – 002.001.001: Falta de recolhimento do imposto nos prazos regulamentares, referente às operações escrituradas nos livros próprios. R\$ 53.384,15 e multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei 7.014/96 (08, 11, 12/2016, 08, 09, 10 e 12/2017).

Infração 02 – 007.015.003: Multa percentual sobre o imposto que deveria ter sido pago por antecipação parcial, relativo às aquisições interestaduais de mercadorias para revenda, registradas na escrita, com saídas posteriores normalmente tributadas. Multa de R\$ 41.208,79, prevista no art. 42, II, “d” da Lei 7.014/96 (01/2016 a 10/2017, com períodos intercalados).

Infração 03 – 016.001.006: Entradas de mercadorias ou tomadas de serviços sem registro na escrita. Multa de R\$ 28.308,53, prevista no art. 42, IX da Lei 7.014/96 (12/2017).

O autuado ingressa com impugnação às fls. 42/43.

Quanto à infração 01, no que concerne aos períodos de 08, 11, 12/2016, 08 e 09/2017, diz terem sido objeto do débito declarado nº 85.00006015/17-0. A mesma coisa aconteceu com o valor concernente ao período de 12/2017 (débito declarado nº 8500001867/18-6).

Com relação à ocorrência de 10/2017, não conseguiu identificar débito declarado. “*Todavia, existe uma denúncia espontânea apresentada em 22/11/2017, a qual provavelmente estaria incluída nesta situação*”.

As divergências da infração 02, segundo alega, foram encontradas porque os trabalhos do Fisco levaram em consideração as datas das emissões dos documentos fiscais e os da empresa as datas das entradas. Além disso, alguns pagamentos foram efetuados de forma imediata, devido ao fato de a inscrição estadual estar descredenciada para fins de postergação das datas de recolhimento.

No que diz respeito à infração 03, assegura que escriturou os documentos fiscais, supondo que a alegada irregularidade tenha sido constatada em razão de alterações nas datas dos registros na escrituração.

Pede deferimento.

Na informação fiscal, de fls. 58 a 60, o autuante, ao comentar a defesa da infração 01, reconhece que, de fato, todos os valores reclamados já foram recolhidos, por meio dos PAFs 85.00006015/17-0, 85.00007552/17-9 e 85.00001867/18-6.

A infração seria, portanto, insubsistente.

No que se refere à infração 02, o levantamento de apuração obedeceu ao quanto disposto na legislação.

O autuado não apresentou os documentos de arrecadação e as notas fiscais vinculadas à alegação de que alguns pagamentos foram efetuados de forma imediata, devido ao fato de a inscrição estadual estar descredenciada para fins de postergação das datas de recolhimento.

O demonstrativo da Fiscalização, de fl. 09, na coluna “*VLancEmpr*”, já considerou os recolhimentos efetuados pelo sujeito passivo. O defendente não trouxe aos autos demonstrativos ou comprovantes de outros recolhimentos com vinculação a notas fiscais que pudessem elidir, ao menos em parte, a autuação.

Por fim, quanto à terceira e última imputação, conseguiu identificar a escrituração das notas fiscais de entrada ou de tomada de serviços, com exceção daquelas de números 224.430 e 224.802, motivo pelo qual, de acordo com a planilha de revisão de fl. 60, a multa foi revisada, de R\$ 28.308,53 para R\$ 87,74.

Intimado (fls. 65/68), o sujeito passivo não se manifestou.

VOTO

O primeiro item do presente lançamento de ofício acusa o autuado da falta de recolhimento do imposto nos prazos regulamentares, referente às operações escrituradas nos livros próprios.

Entretanto, no que concerne aos valores dos períodos de 08, 11, 12/2016, 08 e 09/2017, restou comprovado terem sido objeto do débito declarado nº 85.00006015/17-0. A mesma coisa aconteceu com os montantes concernentes aos períodos de 12/2017 (débito declarado nº 8500001867/18-6) e 10/2017 (PAF nº 85.00007552/17-9).

Infração 01 descaracterizada.

Trata a segunda imputação da multa percentual sobre o imposto que deveria ter sido pago por antecipação parcial, relativo às aquisições interestaduais de mercadorias para revenda, registradas na escrita, com saídas posteriores normalmente tributadas.

Alinho-me com o posicionamento do auditor, pois, com efeito, o demonstrativo da Fiscalização, de fl. 09, na coluna “*VLancEmpr*”, já havia considerado os recolhimentos efetuados pelo sujeito passivo. O impugnante não apresentou demonstrativos ou comprovantes de outros recolhimentos com vinculação a notas fiscais que pudessem elidir, ao menos em parte, a autuação.

O defendente também não trouxe aos autos os documentos de arrecadação e as notas fiscais vinculadas à alegação de que alguns pagamentos foram efetuados de forma imediata, devido ao

fato de a inscrição estadual estar descredenciada para fins de postergação das datas de recolhimento.

Infração 02 caracterizada.

Já a terceira e última infração cuida de multa por entradas de mercadorias ou tomadas de serviços sem registro na escrita.

Com exceção de duas notas fiscais (224.430 e 224.802), o impugnante conseguiu demonstrar que registrou os documentos, o que foi admitido pelo auditor.

Acolho a planilha de revisão de fl. 60, elaborada pelo Fisco, de maneira que a multa seja revisada, de R\$ 28.308,53 para R\$ 87,74.

Infração 03 parcialmente elidida.

Em face do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **128859.0049/21-8**, lavrado contra **ART PISO COMÉRCIO E DECORAÇÃO EIRELI**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 41.296,53**, prevista no art. 42, II, “d” e IX da Lei 7.014/96, com os acréscimos moratórios previstos na Lei 9.874/05.

Sala das Sessões Virtual do CONSEF, 04 de maio de 2023.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

VALTERCIO SERPA JUNIOR - JULGADOR